

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

A Redação

GO apura denúncia de superlotação no Hospital de Urgências de Goiás .....
Pesquisa de qualidade: Pacientes poderão avaliar serviços de saúde em Goiás .....
TCE-GO apura denúncia de superlotação no Hospital de Urgências de Goiás .....

Instituto Rui Barbosa

IRB Notícia | Segundo dia do IX Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo discute cidadania digital, sustentabilidade e o papel .....

O Popular

TCE-GO apura denúncia de superlotação no Hugo .....

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UEG participa do 1º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás .....

GO apura denúncia de superlotação no Hospital de Urgências de Goiás

A Redação

Goiânia - O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por meio do Serviço de Fiscalização da Saúde, realizou nesta segunda-feira (6/10) uma visita técnica ao Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) para verificar as condições de internação e ocupação dos leitos na unidade, após denúncia de superlotação.

Acompanhada da diretora-Geral do Hospital, Fabiana Rolla, a equipe do TCE-GO percorreu as alas médicas e reuniu informações sobre o fluxo de atendimento dos pacientes.

Os auditores do Tribunal solicitaram, ainda, o encaminhamento de documentos complementares, a fim de subsidiar a elaboração do relatório final. Desde o ano passado, a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hugo estão a cargo da Sociedade Beneficente Albert Einstein, conforme Termo de Colaboração nº 54/2024, assinado pela entidade e Secretaria de Estado da Saúde (SES).

Pesquisa de qualidade: Pacientes poderão avaliar serviços de saúde em Goiás

A Redação

Goiânia - O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), a Secretaria de Estado da Saúde (SES) e a Controladoria-Geral do Estado (CGE) - nas pessoas do conselheiro Sebastião Tejota, do secretário de Saúde, Rasível Santos, e do controlador-geral, Marcos Tadeu de Andrade, lançaram, nesta tereça-feira (7/10), uma iniciativa que permite ao usuário de hospitais estaduais avaliar a qualidade do serviço prestado.

A iniciativa consiste na disponibilização de questionários, via QR Code, nos prédios das unidades hospitalares para que os usuários avaliem a satisfação do atendimento recebido. O objetivo é mapear a qualidade dos serviços prestados pelas entidades sem fins lucrativos que administram as unidades e dar subsídios para o aprimoramento.

A ação também busca fortalecer o controle social e assegurar a participação do cidadão na tomada de decisões sobre assuntos públicos. Os dados coletados vão respeitar o anonimato dos participantes.

TCE-GO apura denúncia de superlotação no Hospital de Urgências de Goiás

A Redação

Goiânia - O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por meio do Serviço de Fiscalização da Saúde, realizou nesta segunda-feira (6/10) uma visita técnica ao Hospital de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) para verificar as condições de internação e ocupação dos leitos na unidade, após denúncia de superlotação.

Acompanhada da diretora-Geral do Hospital, Fabiana Rolla, a equipe do TCE-GO percorreu as alas médicas e reuniu informações sobre o fluxo de atendimento dos pacientes.

Os auditores do Tribunal solicitaram, ainda, o encaminhamento de documentos complementares, a fim de subsidiar a elaboração do relatório final. Desde o ano passado, a gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hugo estão a cargo da Sociedade Beneficente Albert Einstein, conforme Termo de Colaboração nº 54/2024, assinado pela entidade e Secretaria de Estado da Saúde (SES).

IRB Notícia | Segundo dia do IX Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo discute cidadania digital, sustentabilidade e o papel do Estado na era dos algoritmos

A programação desta terça-feira (7/10) do IX Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL), deu continuidade às discussões sobre os desafios contemporâneos do Estado e das instituições de controle diante da Inteligência Artificial e da transformação digital.

Cidadania e Era Digital

O primeiro painel do dia, presidido pelo Conselheiro Carlos Thompson, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN) e Membro da Diretoria do Instituto Rui Barbosa (IRB), foi dedicado ao tema "Cidadania e Era Digital". A mesa trouxe diferentes perspectivas sobre como a tecnologia pode ser utilizada como instrumento de inclusão, sustentabilidade e fortalecimento da participação social.

Abrindo as exposições, José Roberto Afonso, Vice-Presidente do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE), apresentou a palestra "A digitalização como política pública de inclusão", destacando que a transformação digital, quando planejada sob uma ótica cidadã, tem o potencial de reduzir desigualdades e ampliar o acesso aos serviços públicos, especialmente para populações vulneráveis.

Na sequência, Bernardo Mota, Gerente Técnico do FIBE, abordou o tema "Descarbonização como política pública cidadã", enfatizando o papel das novas tecnologias e da economia verde na construção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável e participativo.

O terceiro painelista, Alessandro Chaves, Gerente de Relações Institucionais do SICOOB, apresentou a palestra "O cooperativismo e o desenvolvimento: um diálogo em prol da cidadania", destacando a importância das cooperativas como agentes de fortalecimento econômico e social, especialmente em contextos locais e regionais.

Encerrando o painel, o Conselheiro Felipe Puccioni, Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB e Membro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRio), ministrou a palestra "Correlações e causalidade: diferença conceitual e efeitos na inferência". O expositor discutiu a importância da precisão conceitual e metodológica na análise de dados públicos, ressaltando como a distinção entre correlação e causalidade é essencial para evitar interpretações equivocadas e garantir a qualidade das inferências utilizadas em Auditorias e Políticas públicas.

O Estado e o Algoritmo

O segundo painel do dia, presidido pela Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Onélia Leite, tratou do tema "O Estado e o Algoritmo", refletindo sobre os desafios éticos e institucionais do uso de tecnologias baseadas em Inteligência Artificial na gestão pública e no controle externo.

A primeira exposição foi conduzida por Ana Fouto, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que abordou as implicações jurídicas do uso de algoritmos nas decisões administrativas e judiciais, destacando a necessidade de garantir a transparência, a rastreabilidade e o controle social sobre essas ferramentas.

Em seguida, a Procuradora de Contas Elke Soares de Moura, do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais (MPC-MG), apresentou a palestra "O Direito das e nas políticas públicas e os desafios postos ao controle", analisando o papel do Direito como elemento estruturante das Políticas Públicas e os novos desafios impostos aos órgãos de controle na avaliação da legalidade e da efetividade das ações estatais em ambientes altamente automatizados.

Encerrando o painel, o Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão do IRB e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), Saulo Mesquita, proferiu a palestra "Tribunais de Contas e Inteligência Artificial: entre a automação do controle e o controle da automação". O palestrante destacou que, diante da crescente utilização de sistemas automatizados nos processos de auditoria, torna-se imprescindível que os próprios Tribunais de Contas também desenvolvam capacidades técnicas para auditar os algoritmos e garantir que as decisões automatizadas sejam compatíveis com os princípios da legalidade, proporcionalidade e justiça.

As discussões do segundo dia do IX Seminário Ibero-Americano de Direito e Controlo reforçaram o compromisso das instituições participantes com a construção de um Estado digital mais inclusivo, transparente e ético, capaz de equilibrar inovação tecnológica com responsabilidade democrática.

O seminário é uma realização conjunta do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, do Tribunal de Contas de Portugal e da Universidade Europeia, com apoio do Fórum de Integração Brasil Europa (FIBE) e patrocínio do SICOOB. A programação segue até sexta-feira (10/10).

TCE-GO apura denúncia de superlotação no Hugo

Uma vistoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) no Hospital Estadual de Urgências de Goiás Dr. Valdemiro Cruz (Hugo) na segunda-feira (6) apurou denúncias de superlotação na unidade, com pacientes sem leitos em salas e tratados em macas pelos corredores. A partir disso, haverá um relatório do conselheiro Sebastião Tejota, responsável pelo caso, ainda sem prazo para conclusão. A primeira verificação já identificou discrepância entre a taxa de ocupação "instalada", que é do Complexo Regulador Estadual, órgão da Secretaria de Estado de Saúde de Goiás (SES-GO), e a taxa de ocupação operacional, essa do hospital, o que pode explicar ao menos uma das causas para a superlotação da última semana.

Isso teria ocorrido porque o Hugo funciona atendendo a demanda enviada pelo Complexo Regulador, de modo que, para o órgão da SES, ainda constariam vagas. Assim, seguiam pacientes, embora já não houvesse espaço nos leitos regulares. Com isso, enquanto a taxa estava baixa para o Complexo, era alta para o Hugo. "Os detalhes da visita técnica e a proposta de encaminhamentos para solucionar e mitigar os problemas identificados constarão no relatório final do TCE-GO", destaca o tribunal. A vistoria foi realizada por equipe técnica do TCE, que verificou as alas médicas, reuniu informações sobre o fluxo de atendimento dos pacientes e solicitou documentos complementares.

A superlotação ficou caracterizada por pacientes nos corredores, em macas ou cadeiras esperando leito com internação. Na sexta-feira (3), a jornalista Priscila Gonçalves foi com a mãe ao Hugo para atendimento de emergência e verificou vários pacientes nessas condições. "Graças a Deus, ela não quebrou o tornozelo nem o pé, foi só luxação. Por isso não precisou internar. Mas conheci gente que estava havia 3 dias no corredor, idosa de 88 anos lá aguardando vaga de cirurgia, idosa dormindo em cadeira de plástico por vaga", conta. Há também o caso de um paciente que chegou com cortes profundos nos dedos por acidente no trabalho e que esperava atendimento havia mais de seis horas, segundo relata. Priscila diz que chegou a denunciar o caso à administração e diretoria da unidade no dia.

Segundo o Hugo, atualmente gerido pela Sociedade Beneficente Albert Einstein, a unidade "é referência em urgência e emergência, recebendo, via regulação, casos de alta complexidade de todo o Estado, que muitas vezes exigem internações prolongadas". Assim sendo, passa por demanda flutuante e "pode haver alta ocupação em determinados momentos". "Atualmente, a unidade enfrenta alta demanda e trabalha com plano de contingência, que garante a

priorização dos casos mais graves e a continuidade da assistência, com atenção especial aos pacientes críticos e cirúrgicos", esclarece.

O Hugo ainda completa que, "apesar de eventuais cenários de alta ocupação, todo e qualquer paciente recebe o cuidado necessário, onde quer que ele esteja dentro do hospital". Já sobre os motivos para a situação atual, a explicação é que "os fatores externos que levam ao aumento de demanda são vários, desde comportamentos sazonais da população, relacionados com períodos de maior deslocamento em viagem, por exemplo, até fluxos da secretaria de saúde, às vezes submetidos a maior demanda, levando à regulação de casos para hospitais que possam ajudar com resolução de gargalos".

Com relação à taxa de ocupação da unidade ser diferente do indicado pela SES, conforme apontou inicialmente o TCE, o Hugo explica que "existe uma diferença entre as taxas de ocupação informadas, o que ocorre por questão técnica de metodologia". A informação é que a SES usa, por orientação do Ministério da Saúde, a taxa de ocupação instalada, em que constam só os leitos oficialmente cadastrados no sistema nacional. "Já o Hugo também monitora uma taxa de ocupação operacional, que reflete a realidade diária do hospital, incluindo pacientes em leitos extras e em atendimento na emergência, que ainda não constam no sistema como internados."

A unidade hospitalar explica que a diferença não representa inconsistência nos dados, mas formas distintas de contabilização. "A direção também reforça que o TCE e essa situação é comum em hospitais de grandes emergências em todo o País, devido à alta demanda e necessidade de garantir atendimento a pacientes que precisam de recursos que outras unidades não dispõem." A SES informou ao **POPULAR** que a Regulação Estadual "segue os protocolos técnicos estabelecidos e trabalha continuamente para garantir o acesso oportuno e seguro aos serviços de saúde em toda a rede".

Sobre a vistoria do TCE, a pasta diz que "aguarda o relatório oficial para análise técnica detalhada e adoção das medidas cabíveis, reafirmando seu compromisso com a transparência e melhoria contínua dos serviços prestados à população". O Hugo relatou que a visita dos técnicos foi tranquila e ocorreu de forma colaborativa. "A equipe do TCE esteve no Hugo por cerca de duas horas, percorrendo todas as áreas da unidade. A visita teve como motivação principal compreender a dinâmica de atendimento do hospital diante de registros de alta ocupação em determinados períodos."

Na vistoria, conforme ressalta a unidade, a direção do Hugo apresentou "todos os dados e esclarecimentos necessários, explicando o perfil da unidade, que é referência em urgência e emergência e recebe, via regulação estadual, pacientes de alta complexidade de diversas regiões do Estado". A SES informou que acompanha permanentemente a situação assistencial de toda a rede estadual, incluindo o Hugo, por meio de monitoramento contínuo da capacidade instalada e fluxos regulatórios. "A SES-GO mantém diálogo constante com as direções das unidades hospitalares, por meio da Subsecretaria de Políticas e Ações em Saúde, para alinhamento das informações sobre disponibilidade de leitos e otimização da regulação de pacientes, sempre priorizando a segurança assistencial e o atendimento adequado aos usuários."

UEG participa do 1º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás

Servidores da Universidade Estadual de Goiás (UEG) participaram, nos dias 1º e 2 de outubro, do 1º Encontro das Corregedorias do Estado de Goiás, promovido pela Controladoria-Geral do Estado (CGE) e realizado no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE|GO). O evento reuniu representantes de diversos órgãos e entidades públicas estaduais e municipais, consolidando-se como um marco no fortalecimento das práticas de integridade e controle na administração pública.

O encontro teve como objetivo estimular a troca de experiências, o alinhamento de boas práticas e o debate sobre os desafios da atividade correcional. Entre os temas discutidos estiveram os procedimentos de responsabilização disciplinar, o uso de mecanismos consensuais de solução de conflitos, o aperfeiçoamento das técnicas de investigação administrativa e a integração entre transparência e integridade institucional.

Durante as discussões, destacou-se a importância de uma atuação correcional mais estratégica e consultiva, voltada não apenas à punição, mas também à prevenção e ao fortalecimento da cultura ética no serviço público.

A UEG foi representada por integrantes da Coordenação de Correição, da Ouvidoria e de comissões permanentes da universidade, evidenciando o compromisso institucional com a formação contínua dos servidores e com a consolidação de um ambiente administrativo baseado na integridade. Segundo a equipe participante, o contato direto com especialistas e experiências de outros órgãos contribuiu para elevar a maturidade e a eficiência dos processos internos de apuração e responsabilização.

A presença da Ouvidoria da UEG também destacou o papel do setor como ponte entre o cidadão e a administração pública. A participação no encontro permitiu aprimorar estratégias de triagem e encaminhamento de denúncias, de modo a fortalecer a articulação entre Ouvidoria e Corregedoria, especialmente em temas sensíveis como assédio e discriminação no ambiente de trabalho.

O evento ainda enfatizou a importância da capacitação contínua dos servidores públicos como eixo central da modernização administrativa e da oferta de serviços de qualidade à população.